

BASES HISTÓRICAS DA INSTABILIDADE DA ECONOMIA SOVIÉTICA: UM RETORNO AOS ANOS TRINTA¹

Victor Meyer

Apresentação

Passados mais de dez anos desde a queda do Muro de Berlim, acontecimentos tão importantes como o colapso do socialismo do Leste Europeu e, especialmente, a derrocada da União Soviética, não foram ainda suficientemente estudados. Não se quer reduzir aqui a importância das discussões já desenvolvidas e das obras publicadas desde então, mas apenas assinalar que nem todos os ângulos da questão figuram com a ênfase necessária nas abordagens mais difundidas.

As considerações presentes neste trabalho justificam-se nesse contexto, ainda que estejam limitadas a um escopo bastante específico: o de discutir, *na sua fase formativa*, na confluência das décadas de 1920 e 30, sobretudo nos anos trinta — portanto, já naquele momento primordial de sua gênese — a fragilidade do sistema soviético, e a sua dependência face a um sistema extra-econômico de coação.

Pretende-se argumentar que, durante aquele período crítico, já se configuraram as bases mantidas pelo sistema ao longo de toda sua existência. Isto se deu quando a dinâmica da planificação socialista emergia sob a ação de forças hostis originárias do resto do mundo, e de dentro do próprio mundo soviético, caracterizando uma incidência simultaneamente geral de relações preexistentes, que mal permitem a visualização das bases econômicas originais e especificamente vinculadas à URSS. E também que, naquelas condições, a economia soviética já se projetava como um *Socialismo de Estado*, incapaz de se movimentar sem ser sustentado por uma malha coercitiva onipresente, cercando todos os níveis da produção econômica.

Um debate preliminar

A configuração das bases da economia soviética, consolidadas nos primeiros planos quinquenais, na culminância imediata das lutas de classes travadas durante a NEP,² foi antecipada por um tenso debate teórico. Interna ao Partido Bolchevique, a polémica teórica tornou-se muito enfática desde as vésperas da NEP, ganhou espaços na segunda metade da década de 1920 e refluíu depois, silenciando com a posterior ascensão do stalinismo. Introdutoriamente, vale a pena fazer aqui uma breve apresentação das questões então debatidas.

Finda a Guerra Civil, e com ela a experiência do *Comunismo de Guerra*, coube a Lênin (1948) sistematizar os principais argumentos para uma revisão das

¹ O presente trabalho é uma adaptação de parte de um dos capítulos da dissertação de mestrado do Autor, *Determinações Históricas da Crise da Economia Soviética*, publicada como livro em 1995 pela Editora da Universidade Federal da Bahia.

² NEP: Nova Política Econômica.

disposições econômicas e sociais instituídas pelo Estado Soviético. Advertindo que o *Comunismo de Guerra* vinculava-se a excepcionalidades de natureza militar, e que o caos econômico mostrara dramaticamente a inviabilidade de um socialismo implantado por decreto, Lênin defendia uma prioridade imediata para a recuperação da capacidade produtiva da economia em seu conjunto, e cujo primeiro passo seria o aumento da força produtiva da economia camponesa. A passagem para o socialismo haveria de ser um processo, cujos primeiros passos estariam associados ao reconhecimento dos diferentes tipos de economia social existentes na URSS, em decorrência da sua história anterior. No campo, cabia estimular o desenvolvimento das formas econômicas nas quais os camponeses já demonstravam destreza, admitindo o direito ao arrendamento das terras, embora estabelecendo limites, sobretudo para a utilização da mão-de-obra assalariada pelos camponeses mais ricos. Na cidade, cabia estimular o capitalismo de Estado — isto é, uma *trustificação* da indústria sob a vigilância do poder soviético.

Nos quadros dessa nova economia, e diante das evidências quanto às forças sociais que ela desencadeava, o debate prosseguiu em termos crescentemente acirrados. Após a morte de Lênin, em 1924, a controvérsia manteve-se em variadas matizes que, no entanto, tendiam a polarizar-se em torno de duas concepções opostas, cujos principais formuladores teóricos foram, respectivamente: Preobrajenski e Bukharin.

Para Preobrajenski (1979), um conflito fundamental lavrava na base da sociedade soviética: o conflito entre operários e camponeses. Os camponeses seriam os agentes do desenvolvimento da produção mercantil, a qual forçosamente os conduziria a uma diferenciação entre ricos e pobres. Os camponeses ricos (os *kulaks*), enriqueceriam cada vez mais rapidamente com a NEP e exigiriam crescentes concessões ao poder soviético. Também o pequeno comerciante agiria dessa forma e entraria em conflito com o Estado revolucionário. O capital estrangeiro, inicialmente sob controle, caminharia no sentido do açambarcamento da grande indústria e logo seria um aliado das forças burguesas assim renascentes na URSS. Esse sentido geral do desenvolvimento era previsível, segundo Preobrajenski, porque tal havia sido e continuava sendo a lógica (já conhecida) da expansão do capital. Nesse contexto, entendia ele que conviviam na URSS duas realidades antagônicas: uma *ilha socialista*, subordinada à *lei da planificação*, e um *mar* de relações capitalistas, subordinado à *lei do valor*. Para que a *ilha socialista* pudesse assegurar seus espaços e expandir-se, teria que fazê-lo às expensas das forças tradicionais; seria necessária uma progressiva expropriação dos camponeses, bem como dos arrendatários capitalistas instalados na indústria e no comércio, mediante taxações sistemáticas que alimentariam o *fundo de acumulação socialista*. Em linhas gerais, este seria, segundo ele, o processo da "acumulação socialista primitiva".

Bukharin (1987), por seu lado, partia de outras premissas e chegava a conclusões opostas. Em primeiro lugar, não admitia que a pequena exploração camponesa, sem o emprego do trabalho assalariado, fosse considerada capitalista; seria uma economia privada, mas não capitalista.

A nacionalização da terra, já decretada por ato do poder soviético, impediria o seu desenvolvimento rumo ao capitalismo. Vendo o Estado em condições de sobrepor-se à lógica expansiva das forças potencialmente contra-revolucionárias, Bukharin concluía que a pequena exploração camponesa

deveria crescer livremente e, de acordo com essa convicção, defendia a consigna "Enriquecei!", a ser lançada no campo, para preservar a aliança operário-camponesa. Haveria um desenvolvimento equilibrado das economias rural e urbana, e o ônus desse caminho seria um avanço lento da economia socialista. Por isso, seus opositores taxariam essa alternativa de "socialismo em passo de lesma" (Sachs, 1988).

Contudo, enquanto prosseguia o debate, a dinâmica das lutas sociais criava novos fatos consumados. Relembre-se que, na URSS da década de 1920, a velha comuna camponesa ainda sobrevivia, impondo periódicas redivisões de terra entre as famílias envolvidas, opondo-se às aspirações bolcheviques no sentido da constituição de grandes unidades produtivas. Outrora, a chamada "reação de Stolipyn", em pleno czarismo, já tentara golpear essa comuna, mas apenas conseguira, no máximo, desencadear lentos movimentos de ruptura por parte dos camponeses mais dinâmicos, que se retiravam das velhas comunidades para fundar pólos alternativos independentes. Esse processo, iniciado, portanto, bem antes da Revolução, mantinha-se em marcha lenta inclusive ao longo dos anos vinte.

Com a Revolução, a expectativa dos bolcheviques, longamente maturada nos seus documentos programáticos anteriores, alimentava uma esperada participação dos camponeses num processo revolucionário operado de baixo para cima. Efetivamente, até certo ponto as mudanças corresponderam a tais expectativas, pois os próprios camponeses encarregaram-se de "desenraizar" o feudalismo, controlado, em grandes propriedades, pela velha nobreza russa. No entanto, eles resistiam ao prosseguimento das transformações — que se dirigiam rumo à reconcentração das propriedades sob a nova forma coletivizada. Se é verdade que a ação revolucionária dos camponeses *derrubou as cercas* dos latifúndios, é igualmente certo que ela se recusou a prosseguir, derrubando *as cercas* que protegiam as velhas propriedades comunais. Os camponeses detiveram-se diante das suas pequenas propriedades (as velhas e as novas, recém-conquistadas), recusando a lógica coletivista apresentada pelo poder bolchevique.

Além disso, o camponês rico, em suas ambições de enriquecimento sempre maior, partiu para a formação de estoques especulativos, comprometendo o abastecimento urbano e, com isso, afetando duramente as condições de vida dos operários. Assim, progressivamente, no decorrer dos anos vinte, abriu-se um fosso entre forças sociais que estiveram unidas na derrubada da velha ordem. O movimento revolucionário que venceu em 1917 dividia-se abertamente em suas bases de sustentação: crescia um foco de antagonismo no seio de uma aliança que abrigava, simultaneamente, expectativas coletivistas e privatistas (ver Carr & Davies, 1980a). Isto se manteve até que, em 1929, adveio a coletivização forçada, encerrando a NEP e os dilemas por ela colocados, e inaugurando a era das transformações radicais na base econômica da URSS.

Retornemos, porém, ao debate teórico dos tempos da NEP para ressaltar o seguinte: a tese da *acumulação socialista primitiva*, desenvolvida por Preobrajenski desde a primeira metade da década de 1920, constitui um testemunho de que, em datas tão distantes, já se manifestava em certas alas do partido dirigente uma noção quanto à inevitabilidade do recurso à coação extra-econômica na construção das bases do socialismo, dentro das condições particulares vividas pela URSS. Aos olhos de Preobrajenski, o recurso à coação decorria do atraso econômico da URSS, cuja indústria tendia a ser facilmente

esmagada pelas forças maiores da produção capitalista no plano mundial. Por essa razão, a URSS precisava defender-se da concorrência, deixando de enfrentá-la em campo aberto, e assumindo a necessidade de alguma forma de muro protecionista.

Ainda sob esta ótica, como já foi lembrado acima, a economia coletivizada defrontava-se com um obstáculo interno, a produção camponesa privada, que pressionava de dentro pela expansão das velhas relações de produção, e limitava os diversos ensaios de planificação da economia. A ulterior evolução dos fatos mostraria, porém, que uma outra fonte alimentadora da coação extra-econômica provinha das relações entre o Estado e a classe operária, ou, mais amplamente, entre o Estado e os trabalhadores urbanos, fato que se constituiria num paradoxo se confrontado com as teorizações sobre o socialismo até então pensadas no campo do marxismo.

Pressões de "fora para dentro": o mercado mundial capitalista

Durante os anos vinte, mais especificamente a partir de 1925, a cúpula bolchevique legislou sobre o problema das suas relações econômicas com o mundo capitalista, fixando objetivos situados em direções opostas. Por um lado, impôs como meta a redução das importações por meio da produção interna de similares, mesmo considerando o alto ônus acarretado pela renúncia aos produtos mais baratos e de melhor qualidade ofertados pelo mercado mundial; pelo outro, tentou elevar as importações de insumos industriais, em função do que passou a estimular a acumulação de divisas via exportações.

Este último aspecto da política oficial não poderia ir longe, em decorrência da queda dos preços dos produtos de exportação da URSS, nos últimos anos da década de 1920 — uma circunstância posteriormente agravada pela depressão mundial.

Note-se que o comportamento bastante específico do mercado mundial no período, sobretudo durante a Grande Depressão dos anos trinta, teve o efeito (não esperado) de reduzir as pressões das forças econômicas do capitalismo sobre a produção soviética, embora implicando num relativo fracasso da estratégia de importação de tecnologia avançada.

No entanto, nas fronteiras iria configurar-se simultaneamente um outro tipo de tensão. O cenário de assédio econômico foi substituído por um cenário de ameaças militares, já antecipado em 1927, pela iniciativa da Grã-Bretanha em romper relações com a URSS — uma situação agravada com a ascensão dos fascismos na Europa. O colapso das democracias burguesas europeias e o crescimento das tensões entre os próprios países capitalistas prenunciavam a guerra, de modo que, sob um ou outro tipo de cerco — primeiro, o cerco exercido por um sistema econômico superior, depois, um cerco militar latente (logo tornado real), exercido por potências em posição superior também neste terreno — a URSS fosse levada a apelar para mecanismos políticos, ou político-militares, de defesa.

Sob qualquer aspecto a partir do qual se enfoquem as relações entre o novo sistema e o resto do mundo, depreende-se que se impunha a criação de um muro. O sistema soviético não conseguiria sobreviver aos diversos tipos de assédio externo senão através de recursos extra-econômicos, compensatórios de uma inferioridade produtiva básica, bastante evidente.

Em consequência, cresciam os gastos militares. Comparadas com as destinações orçamentárias para economia nacional, as destinações para a defesa representavam apenas 8% daquela rubrica em 1931, passando virtualmente a igualá-la (98%) em 1940. Esse avanço relativo dos gastos militares tornou-se maior a partir do Segundo Plano Quinquenal, com o ano de 1934 aparecendo como divisor de águas (cálculos a partir de Baykov, 1948:406).³ Esta viragem coincide, grosso modo, com o aumento das tensões mundiais em consequência da ascensão do nazismo na Alemanha. (Observe-se que o crescimento relativo dos gastos militares implicava, imediatamente, na redução do fundo destinado à economia nacional).

Não fosse a crise mundial do capitalismo e a concomitante depressão do comércio internacional, associada à ascensão dos fascismos, a URSS eventualmente poderia ter se livrado das ameaças militares, para no entanto recair num "cerco" econômico proveniente de um circundante capitalismo bastante superior no que se refere aos padrões tecnológicos praticados na produção econômica. À época dos primeiros planos quinquenais, a inferioridade dos produtos da indústria soviética continuava bastante visível. A publicação *Planovoe Kozyaistvo* (Economia Planificada), afirmava que:

...1929-30, comparado com o primeiro ano do Plano e com o ano precedente, mostra uma baixa na qualidade dos produtos, nos ramos básicos da indústria... Esta piora, particularmente nos ramos chave (carvão, metais, construção de máquinas, têxteis, etc) conduz, devido aos laços internos e à interdependência, à diminuição da qualidade e à desorganização do trabalho em outros ramos da indústria. (apud Bzykov, 1948:169).

Em 2 de dezembro de 1931, testemunho semelhante aparecia no periódico *Za Industrializatsiu*:

Informes recolhidos por brigadas do Vesenkha⁴ que inspecionaram certo número de empresas nas indústrias de carvão, de coque e metalúrgica, revelam que, quanto à qualidade, a situação não era satisfatória nessas indústrias. [...] A produção de metal em padrões abaixo da norma e que não se ajusta à prova analítica estabelecida, aumenta ano a ano, mês a mês. (apud Baykov, 1948: 171).

Apesar da corrida frenética iniciada pelo primeiro Plano Quinquenal, cujos resultados maiores foram a consolidação e expansão do setor de bens de produção, a indústria soviética continuava pagando tributos ao baixo nível das suas bases iniciais. Anos antes da implantação do primeiro plano Quinquenal, Trotsky havia publicado um estudo comparativo entre as condições de produção na Rússia e no exterior. Essa pesquisa mostrara que a produtividade do trabalho russo representava apenas um décimo da produtividade norte-americana (Deutscher, 1984:227-228).

Os sucessivos êxitos obtidos no transcurso da década de 1930 promoveram

³ Várias vezes citada no presente trabalho, conquanto não seja aqui tomada como referencial teórico, essa obra de Baykov contém importante documentação sobre o período em análise. O mesmo se deve dizer da monumental *História da Rússia Soviética*, de E. H. Carr.

⁴ *Vesenkha* — Conselho Supremo da Economia Nacional.

avanços consideráveis, especialmente através da formação e especialização da mão-de-obra. Mas, o atraso tecnológico relativo, ao iniciar-se a industrialização forçada, ampliou-se diante das dificuldades de importar tecnologia dos países mais desenvolvidos. As circunstâncias especiais da década de 1930, o abalo da produção capitalista sob a depressão mundial e os preparativos de guerra, apenas adiaram para datas posteriores a confrontação entre a indústria soviética e a indústria capitalista, marcadas respectivamente por diferentes relações entre a utilização de máquinas e a utilização da força de trabalho (na terminologia marxista: diferentes *composições orgânicas do capital*). Enquanto isso, o sistema soviético vinculava a sua sobrevivência ao crescimento da sua força militar.

Preobrajenski estudou este aspecto do desenvolvimento da sociedade soviética e apresentou suas conclusões com o habitual rigor teórico da sua obra. Para ele, no seu período inicial, a forma socialista não poderia desenvolver todas as vantagens inerentes ao sistema que representa, de modo a torná-lo efetivamente superior ao capitalismo. A inferioridade inicial do socialismo devia-se à ausência das premissas materiais necessárias para a estruturação da sua base técnica, e também à ausência das premissas necessárias à educação socialista dos trabalhadores (Preobrajenski, 1979:144). Por causa disso,

para a economia estatal do proletariado seria um suicídio completo (e dos mais estúpidos) tentar vencer o capitalismo na arena da livre concorrência a partir do estado atual do desenvolvimento da economia socialista. Esta seria desintegrada e, finalmente, vencida. É preciso não esquecer que toda nossa economia estatal, sendo todas as coisas iguais, é mais fraca do que a economia capitalista, e uma empresa estatal igualmente mais fraca do que uma empresa capitalista... Com relação à indústria capitalista estrangeira, isto se revela no fato de que os produtos industriais soviéticos são, em sua maioria, mais caros e piores do que os produtos estrangeiros, e não poderia ser de outro modo. (A técnica da nossa indústria têxtil, por exemplo, estava, depois da revolução, 15 anos atrasada com à relação técnica inglesa). (Preobrajenski, 1979: 144-145).

Note-se que esta abordagem não pode ser generalizada, não se propõe como uma teoria geral, sendo mais precisamente um estudo sobre a construção do socialismo na URSS, consideradas as suas particularidades históricas. Dessas mesmas considerações, Preobrajenski concluía que as formas socialistas iniciais não poderiam concorrer em campo aberto com um capitalismo francamente superior.

Pressões de "baixo para cima": o mercado dos camponeses

A sobrevivência do sistema, no entanto, jogava-se em mais de uma frente. Internamente, as tendências coletivistas e pró-plano, seguindo os impulsos iniciais da Revolução de Outubro e prosseguindo sob o movimento de concentração do capital dos anos vinte, chocavam-se com a resistência de um campesinato hostil à coletivização. O movimento da economia em direção ao Plano, revolucionário em sua origem e em suas potencialidades, passou por cima da resistência camponesa.

Este ato de força, protagonizado pelo Estado, não se limitaria ao próprio momento da coletivização: teria que ser constantemente reproduzido mais tarde, através de um cerco permanente aos camponeses. Ao decidir atacar os camponeses em 1929-30, o Estado soviético naturalmente estava decidindo

mantê-los sob ataque ininterrupto nos anos e nas décadas seguintes. Isaac Deutscher (1968:114) fala em um quarto de século de resistência camponesa aos atos de força do poder central ("*sua matraca mortuária continuaria soando aos ouvidos da Rússia por um quarto de século...*"), embora hoje saibamos que os camponeses resistiram até a crise final do sistema, cinquenta a sessenta anos depois da coletivização.

Na retórica oficial do Estado, o *Kulak* como classe havia deixado de existir, razão pela qual a determinação inicial do poder central se fazia no sentido de abolir todo o comércio privado. Na realidade, porém, o Estado teve que admitir, em decreto de 6 de maio de 1932, uma modalidade de mercado livre, o comércio *Kolkhoziano*⁵ (Baykov, 1948: 245), reconhecendo veladamente a sobrevivência dos camponeses como classe. O próprio produtor coletivizado transformava-se, em algum momento da sua jornada, em produtor privado. Essa dupla personalidade social só podia existir nas aparências, para atender às exigências do discurso oficial.

Na prática, existiam os camponeses, como sempre interessados na economia privada e dispostos a preservá-la, embora submetidos ao tacão do Estado — e somente sob estas condições convencidos a destinar parte das suas jornadas às práticas coletivistas. Logicamente, esta forma de coletivismo não encontrava meios de se reproduzir, a não ser sob a constante ação de uma força coatora. Se a burocracia estatal continuava caracterizando as relações cidade-campo como uma "aliança operário-camponesa", eis um detalhe que apenas ilustra o esvaziamento de todo o esquema interpretativo oficial.

O caráter compulsório da produção agrícola coletivizada aparecia na comercialização dos respectivos produtos. O Estado passou a selar contratos de compra de altos percentuais da produção agrícola, mas o termo "contrato de compra" apenas encobria o caráter da transação — na verdade, um imposto em produtos. Tratava-se de uma apropriação forçada dos produtos agrícolas, não apenas porque os contratos de compra tinham um caráter impositivo, mas também porque os preços fixados pelo Estado situavam-se em geral bem abaixo dos preços praticados nas vendas para o consumidor. Baykov menciona o seguinte exemplo:

...Em 1932, o órgão estatal de compra de grãos pagava 6 rublos e 33 kopeks por cem quilos de centeio, e cobrava pelo mesmo centeio para fazer farinha um preço no atacado de 22 rublos e 20 kopeks. Para o trigo, os preços correspondentes eram de 8 rublos e 52 kopeks, e 27 rublos e 75 kopeks respectivamente. (Baykov, 1948: 244).

Durante os anos 1934-35, frequentes atos de sabotagem e roubo de bens *kolkhozianos* levaram ao recrudescimento das medidas de vigilância e coerção dos camponeses. Formaram-se seções especiais nas *Estações de Máquinas e Tratores*, com a participação de milhares de bolcheviques enviados das cidades para cumprir funções que permitiam, indiretamente, fiscalizar e controlar a produção camponesa. Além disso as disposições da lei de defesa da propriedade pública, de 7 de agosto de 1932, instauravam pesadas penas para coibir a sabotagem.

É verdade que a consolidação do sistema provocou lentamente uma adaptação relativa dos camponeses, que passaram a disputar possibilidades de melhora das

⁵ *Kolkhoz* — Fazenda Coletiva.

suas condições de vida dentro da nova ordem. Isaac Deutscher refere-se ao fenômeno que, no entanto, não deixaria de representar uma forma de "submissão a contragosto":

O instinto de propriedade era frequentemente tão forte entre os mais pobres quanto nos mais ricos, e esse instinto e o bom senso se chocavam e revoltavam com a arbitrariedade e desumanidade da coletivização. Não obstante, esses sentimentos foram perturbados e enfraquecidos pela fria reflexão dos camponeses, segundo a qual eles poderiam, afinal de contas, beneficiar-se com as desapropriações dos ricos e a fusão das fazendas. E quando já não havia dúvida sobre quem venceria, muitos acorreram para o lado do vencedor [...] Assim, os impulsos e influências que determinaram o comportamento do camponês eram complicados e contraditórios... alimentando seu ressentimento numa submissão a contragosto. (Deutscher, 1968: 125).

O fim do racionamento, em meados da década de 1930, marcou a consolidação do sistema inaugurado com a coletivização forçada em 1929/30. A maior fatia da produção ficou nas mãos do Estado, cabendo um baixo percentual para ser repartido entre os muitos trabalhadores da fazenda coletiva. Por isso mesmo, a sobrevivência dos camponeses passou a depender, virtualmente, das suas atividades privadas, nos respectivos lotes. Este sistema levou Alec Nove a caracterizar os camponeses coletivizados como "legatários residuais" (Nove, 1963:166), no sentido de que o rateio entre eles da renda do *Kolkhoz* se fazia sobre o que sobrava — depois que o Estado ficava com sua parte.

As "vendas" dos produtos coletivizados ao Estado na verdade reduziam a renda dos *Kolkhozes*, como iria posteriormente revelar Nikita Krushev, numa de suas rumorosas intervenções, na reunião do Comité Central do Partido, em novembro de 1958, portanto já depois do desaparecimento de Stalin. Krushev ilustrou a situação vivida pelos camponeses até então e durante as duas décadas precedentes, relatando o exemplo da venda das batatas *Kolkhozianas*, pelas quais a fazenda coletiva recebia "menos que nada".

Relato semelhante foi feito por Tatiana Zaslavskaia, rememorando um relatório anual geral da região da *Quirgutzia*, onde se lia que o camponês coletivizado recebia por ano o equivalente a não mais que um quilo de cereais. Conquanto o episódio relatado (Zaslavakaia, 1989: 24) esteja datado de 1951, a autora o menciona no contexto de uma caracterização geral do período stalinista. Observe-se que a situação dos camponeses demonstrava certas semelhanças formais com o regime de servidão, não apenas porque estavam sujeitos a receber apenas os "legados residuais" acima referidos, mas também porque estavam proibidos de abandonar seus respectivos *Kolkhozes* e de se transferir por vontade própria.

Uma situação desse tipo obviamente exigia o emprego de meios extra-econômicos. Não apenas para assegurar a obrigatoriedade das atividades nas fazendas coletivas, como também para evitar que as atividades privadas ultrapassassem os limites permitidos. Em 1939, foi adaptada uma legislação punitiva visando impedir que os camponeses esvasiassem o *kolkhoz*, em troca das atividades de subsistência. A nova legislação obrigava o granjeiro coletivizado a dedicar um certo mínimo de dias de trabalho ao *kolkhoz*. Na mesma linha, estabelecia que as tentativas de ampliação dos lotes individuais seriam passíveis de enquadramento judicial. Ainda assim, uma inspeção de lotes individuais, realizada em 1939, revelou que o excesso sobre os limites legais

atingia nacionalmente uma área equivalente a 2,5 milhões de hectares. Reformas posteriores, realizadas ainda antes da Segunda Guerra Mundial, visaram aumentar os atrativos dos *Koíkhazes* de modo a assegurar a funcionalidade do sistema. Prevaleciam, porém, os mecanismos de coação.

Pressões de "baixo para cima": o mercado de trabalho industrial

A atitude dos camponeses que, mesmo antes da investida estatal de 1929, já se haviam declarado inimigos do coletivismo, foi um dos fatores originários do emprego da coação para assegurar a reprodução do sistema. A previsão desses antagonismos estava presente na consciência doutrinária dos bolcheviques, embora fosse interpretada segundo diversos enfoques.

O que, porém, não encontrava respaldo na tradição era a necessidade do uso sistemático da coação contra os trabalhadores urbanos que, em outubro de 1917, haviam atuado como força hegemônica da Revolução. O seu uso eventual já integrava a experiência dos bolcheviques, especialmente depois do levante de Kronstadt, nos primeiros anos da década de 1920. Mas, a experiência seguinte passaria a exhibir o uso sistemático da coação contra trabalhadores urbanos, não por motivos meramente eventuais ou localizados, mas também para viabilizar a reprodução do sistema produtivo.

A recuperação econômica dos anos vinte (o ano de 1925 pode ser tomado como marco, ao recuperar os níveis do produto bruto alcançado em 1913, às vésperas da Primeira Guerra Mundial) culminou numa situação de pleno emprego e fez emergir um típico jogo de forças do mercado de trabalho. Uma elevada rotatividade voluntária, num contexto de escassez de mão-de-obra especializada e o crescimento do absenteísmo minavam as condições básicas para a expansão industrial sob a planificação. As teorias precedentes jamais haviam suposto qualquer restrição para a mobilidade dos trabalhadores durante a construção do socialismo, embora seja certo que aquelas teorias não haviam considerado a hipótese de que o referido processo viesse a ocorrer em meio à escassez de recursos básicos e num baixo nível de civilização das forças produtivas — muito menos num ambiente marcado pela ruptura entre os objetivos do Estado e a consciência prática dos trabalhadores. Chegou-se a uma situação totalmente imprevista: os trabalhadores se faziam agentes das forças mercantis, em vez de controlá-las, ou ao menos esboçar passos nesse sentido.

Mudanças diversas, inclusive na composição social dos trabalhadores urbanos, davam sequência às transformações vividas pelo proletariado no começo dos anos vinte. De acordo com Carr e Davies (1980a: 493), em 1929, era a seguinte a fisionomia dos trabalhadores urbanos: 61,6% dos mineiros, 40% dos metalúrgicos e 36,1% dos operários têxteis eram de origem camponesa. Era também crescente o número de trabalhadores industriais que, ao mesmo tempo, mantinham-se como proprietários de terras: entre os que ingressaram entre 1926 e 1929 nas minas de *Donbass*, 37,4% conservavam terras de sua propriedade. Nessa mesma época, entre os recém-recrutados para trabalhar como metalúrgicos em Moscou e na Ucrânia, 28,4% e 27,3%, respectivamente, também mantinham terras. Os mesmos autores citam o periódico *Puti Industrializatsii*, número 7, 1929 (Carr e Davies, 1980a: 494) segundo o qual, na empresa do *Yuogostal*, um observador registrara que um autêntico membro do proletariado industrial trabalhava ao lado de um patrão rural, transferido do campo para a cidade.

Baykov (1948:223) menciona os seguintes dados: no censo operário de 1929, constatou-se que somente a metade dos trabalhadores ocupados na indústria havia tido experiência industrial antes da Revolução. No censo de 1930, esta faixa já havia caído para 42%. Em certas regiões industriais, esses operários perfaziam apenas 19,6% do total. Por outro lado, as levas oriundas do campo continuavam afluindo: a expansão industrial operada sob os primeiros planos quinquenais fez com que o número de operários triplicasse no decorrer da década de 1930.

A mudança na composição social dos trabalhadores urbanos, nesses anos, contribuiu para levar a extremos os processos iniciados durante o Comunismo de Guerra, tendentes à desagregação do proletariado enquanto classe. A burocratização do Estado ganhava novos espaços e criava mecanismos de perpetuação, na medida em que se demarcava uma ruptura entre a nova classe operária e aquela que fizera a Revolução. Isaac Deutscher fez o seguinte comentário sobre este fenômeno, cujos desdobramentos e consequências marcariam profundamente a sociedade soviética:

Em sua fragmentação, confusão e falta de identidade política, a nova classe operária assemelhava-se, em parte, ao proletariado do início da era capitalista, que Marx descreveu como uma "classe em si", mas não "por si". [...] Os marxistas supõem tacitamente, que uma vez conseguida pela classe operária a integração social e a consciência política que fazem dela uma "classe por si", manter-se-ia indefinidamente em tal posição e não voltaria à imaturidade. Em lugar disso, a classe operária da Rússia, tendo derrubado o czar, os donos de terra e os capitalistas, recaiu na condição inferior de uma classe inconsciente do seu interesse e sem capacidade de expressar-se. (Deutscher, 1968: 124).

Esses novos trabalhadores iriam agir inicialmente como figuras estranhas nos respectivos lugares de trabalho, alheios às tradições industriais e avessos à disciplina. A cúpula bolchevique enfrentou o problema da capacitação profissional dos novos trabalhadores fomentando a ampliação de escolas e universidades. Mas, o grande número de escolas fundadas esteve longe de atender à demanda potencial criada com o crescimento do emprego. Durante a vigência do primeiro Plano Quinquenal, essas escolas prepararam 450 mil trabalhadores qualificados, mas o número total de trabalhadores, somente na indústria em grande escala, subiu de 2.691 mil em 1928, para 5.153 mil em 1932 (Baykov, 1948: 223).

No plano político, porém, nenhum progresso foi alcançado, haja vista a decadência das organizações operárias: soviets, sindicatos e conselhos de empresa, todas mantidas apenas como fachadas destituídas de vida própria. E, no entanto, apesar dos esforços centrados no desenvolvimento técnico-profissional dos novos trabalhadores, as dificuldades enfrentadas ao nível da produção se fizeram críticas.

A imprensa especializada em temas econômicos trazia, a essa época, notícias do tipo:

De muitas fábricas e empresas chegam notícias de que a disciplina do trabalho piora. Os casos de operários que saem cedo do trabalho, que chegam bêbados ao trabalho, que não rendem a produção normal ou que se comportam com grosseria frente ao pessoal técnico, são cada vez mais frequentes. (Baykov, 1948: 159).

O periódico *Za Industrializatsiu*, de 12 de setembro de 1930 (Baykov, 1948:220),

comentava:

A circulação da mão-de-obra aumenta sem cessar... As empresas, especialmente as obras de construção, são como lugares de trânsito onde se contratam diariamente centenas de novos trabalhadores e outros tantos, se não mais, se demitem.

O mesmo periódico, em 1.º de junho de 1930, afirmava:

O pior é que não é possível conseguir suficiente mão-de-obra para as novas plantas que começam a produzir neste ano e no próximo. De uma maneira ou outra chegar-se-ia ao número de trabalhadores necessário, mas suas condições de habilidade não corresponderiam às necessidades da produção. [...] Além das perdas naturais, enfrentamos uma diminuição de operários qualificados devido às promoções e transferências ao trabalho em áreas rurais, (apud Baykov, 1948: 222-223).

As forças do mercado de trabalho, nas condições de pleno emprego e de baixa qualificação profissional dos trabalhadores — e, dada como pano de fundo, a ruptura da consciência de classe do proletariado — atuavam em sentido contrário ao Plano. Para controlá-las, o Poder Central determinou uma legislação coercitiva rígida. A partir de 1930, uma nova legislação ampliava o conceito de crime político, considerando passíveis de julgamento em tribunais os seguintes atos: demanda excessiva de força de trabalho pelas empresas, contratação de operários acima dos níveis estabelecidos pelo Plano, fracasso na tarefa de qualificar tecnicamente os operários, violação das normas salariais, etc. (*Coleção das Principais Disposições Relativas ao Trabalho*: Baykov, 1948:222). Por outro lado, o trabalhador não podia ser admitido em uma empresa sem apresentar certificado emitido pelo seu emprego anterior, explicando as causas da demissão.

A legislação punitiva iria incorporar novos dispositivos de coerção em 1931, em 1932 e anos posteriores. Em 28 de dezembro de 1938, o *Sovnarkotn*⁶ da União tornava mais precisas as punições para os casos de atraso na chegada ao trabalho, prolongamentos dos intervalos das refeições ou saídas do trabalho antes do horário estabelecido. Os operários que se demitissem sem autorização perdiam automaticamente as vantagens acumuladas em virtude do tempo de serviço, tanto no que se refere ao salário quanto em relação às vantagens sociais do tipo habitação e outras. Em julho de 1940, a legislação se tornaria ainda mais severa, se bem que já em consequência do cenário de guerra: o abandono de um emprego sem autorização poderia ser punido com penas de dois a quatro meses de reclusão, e o absenteísmo poderia resultar em penas de trabalhos forçados durante um período que poderia chegar a seis meses, nos quais o salário ficaria reduzido em 25%. Em todos esses casos, os gerentes se obrigavam a esclarecer sua atuação no enfrentamento da indisciplina, podendo eles também incorrer em prisões.

A intervenção do Estado no mercado de trabalho já vinha envolvendo também medidas restritivas para o aproveitamento dos técnicos qualificados. Desde 1933, e mais ainda a partir de 1938, os estudantes graduados em Universidades obrigavam-se a trabalhar durante cinco anos em lugares de trabalho fixados pelo respectivo Comissariado do Povo. Qualquer recusa ao cumprimento da determinação do Poder Central implicaria em julgamento em tribunais. De um

⁶ *Sovnarkom* — Conselho de Comissários do Povo.

modo geral, os Comissariados do Povo dispunham, desde 1938, do *"registro pessoal de todos especialistas com instrução superior... [de modo a controlar] qualquer traslado desses especialistas a outro emprego"* (apud Baykov, 1948, p. 359).

Principais Conclusões

O controle do mercado de trabalho com base em medidas coercitivas completava, assim, um cenário no qual todos os aspectos básicos do sistema produtivo passaram a depender da coerção para manter-se e reproduzir-se. Lembrando que no capitalismo as conexões entre os Departamentos I e II desencadeiam o autodesenvolvimento da economia, sob a ação corretiva do mercado, cabendo às legislações coercitivas um papel meramente disciplinador e auxiliar, encontramos aqui face a uma nova situação. Deixando para discussões posteriores o problema das semelhanças formais com os mecanismos de reprodução existentes nas formações pré-capitalistas, ou com o processo de acumulação capitalista primitiva, interessa nesta altura nos fixarmos na discussão sobre a função precípua que a violência ocupava na reprodução do sistema soviético.

Em todos os níveis do sistema, desde as relações internas entre o Estado e o campesinato, ou entre o Estado e os trabalhadores urbanos, às relações entre o sistema em seu conjunto e o resto do mundo, a coação parecia estar tentando conter o avanço de relações sociais dominadas pela Revolução, mas portadoras de potencialidades relativas superiores, naquele contexto histórico específico.

Ao conter a superioridade tecnológica das mercadorias colocadas no mercado mundial pelos países capitalistas mais avançados, assim como ao conter os camponeses, ao evitar que os agricultores coletivizados ampliassem as pequenas faixas de terras reservadas à produção privada, ou ainda ao reprimir os impulsos do mercado de trabalho urbano, em todas estas situações o uso da força tacitamente reconhecia a superioridade das pressões capitalistas advindas de todos os lados: de fora para dentro, via pressões do mercado mundial, ou de baixo para cima, a partir das forças mercantis ou mercantis-capitalistas em ação ao nível das bases produtivas da URSS. Tão fortes eram essas pressões econômicas e sociais (e, obviamente, políticas) que uma eventual desmobilização do sistema coator faria a economia soviética provavelmente submergir frente ao avanço, geral e simultâneo, de fora para dentro e de cima para baixo, do "mar" de relações capitalistas.

Essa contínua pressão de forças econômicas superiores poderia soar como uma sentença de morte, indicando a inviabilidade objetiva do socialismo, sempre que cercado (como na URSS) nos limites de um país atrasado. No entanto, uma análise mais exaustiva desses mesmos fenômenos até aqui descritos, permite-nos observar que, pelo menos em um dos seus pontos de ataque, o sistema coator não enfrentava pressões inevitavelmente originadas do atraso da sociedade, muito menos do cerco sob o qual tinha que viver. O referido ponto de exceção estava no mercado de trabalho, que merece ser mais uma vez reavaliado, agora considerando-se outras determinações.

Estamos nos referindo, em particular, ao mercado de trabalho urbano. O que ocorreria se o proletariado recuperasse sua consciência de classe e retomasse, na linha dos acontecimentos de outubro de 1917, o controle direto do Estado? Logicamente essa mudança não provocaria, por si mesma, o levantamento das

pressões do mercado mundial sobre a URSS, nem o levantamento das pressões internas exercidas pelo mercado dos camponeses. Mas, o mercado de trabalho urbano necessariamente assumiria uma tendência ao definhamento já que suas forças centrífugas, suas tendências individualistas, estariam sobredeterminadas pelo autocontrole exercido pelos próprios trabalhadores.

A sobredeterminação das forças do mercado pelo controle consciente apareceria ao nível da história como uma tendência, mas uma tendência gerando efeitos concretos. Seria a expressão básica, primordial, da planificação, pois significaria a planificação pelos trabalhadores do seu próprio papel na produção. Esse gênero de planificação, também tendencialmente, não dependeria da violência extra-econômica para reproduzir-se em nesta medida, indicaria a possibilidade do seu avanço em todas as áreas da sociedade, viabilizando uma planificação em seu conjunto desligada do aparelho de repressão.

Levantamos essa hipótese, não tanto como exercício de cenários alternativos, mas para demonstrar, por oposição ou por contraste, as consequências econômicas da ruptura da consciência de classe do proletariado. Isto porque, com os trabalhadores transformados em agentes de forças mercantis e alvo da coerção, fechava-se absolutamente a única via possível para que o sistema pudesse indicar, ao menos como uma tendência, uma via de autodesenvolvimento sem o recurso à violência extra-econômica. Assim sendo, consolidou-se um sistema umbilicalmente dependente da coerção estatal, sem a qual emergiriam imediatamente e de forma geral as relações capitalistas. Estamos discorrendo aqui sobre as determinações do "socialismo de Estado".

A dependência do sistema soviético face aos mecanismos estatais de vigilância e repressão trouxe uma outra implicação. Todos os processos e todas as tendências econômicas em marcha levavam a um reforço do papel do Estado, sem cuja presença o sistema não poderia sobreviver. O socialismo soviético não poderia, por isso, realizar o processo tendencial de extinção do Estado, previsto pelo marxismo clássico para o socialismo em geral. Tendencialmente, o que se verificava era exatamente a expansão e a hipertrofia do Estado.

A essa altura, o esforço interpretativo sobre o sistema soviético parece avançar sob a pressão de aparências enganadoras, uma vez que o enrijecimento da superestrutura coatora, conquanto sugira no plano das aparências um fortalecimento do sistema, estava de fato demonstrando a sobrevivência apenas "por um fio" das novas relações de produção. E, onde a superestrutura repressiva aparecia mais sistemática, mais densa, precisamente nesses pontos as relações mercantis e mercantil-capitalistas estavam na verdade muito próximas da superfície. Ao estender o cerco da coerção aos trabalhadores urbanos, criando para o pensamento conceitual uma situação eivada de paradoxos, o sistema demonstrava de fato, *in extremis*, dificuldades generalizadas para seguir reproduzindo-se.

Referências Bibliográficas

Baykov, Alexander. Historia de la Economía Soviética. México (D.F.):Fondo de Cultura Económica, 1948.

Bukharin, Nikolai. Teoría Económica del Período de Transición. Cuadernos Pasado

y Presente, Córdoba, n. 29, 1974.

----- O Partido e o Bloco da Oposição. In: Trotsky, Bukharin et ai. *A Nova Política Econômica: Capitalismo de Estado, Transição, Socialismo*. São Paulo: Global, 1987.

Carr, E.H. *Historia de la Rusia Soviética*. Madrid: Alianza, 1974. v. 3: *El socialismo en un solo país (1924-1926)*.

----- *Historia de la Rusia Soviética*. Madrid: Alianza, 1977. v. 2: *El Interregno (1923- 1924)*.

Carr, E.H., Davies.R.H. *Historia de la Rusia Soviética*. Madrid: Alianza, 1980. v. 4: *Las Bases de una Economía Planificada (1926-1929)*.

----- *El Orden Económico, pt. 1: Agricultura y Industria. Historia de la Rusia Soviética*. Madrid: Alianza, 1980b, v. 4: *Las Bases de una Economía Planificada (1926-1929)*. *El Orden Económico, pt.2: Trabajo, Comercio y Distribución, Hacienda, Planiftcación*.

Deutscher, Isaac. *Trotsky - o Profeta Banido*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

----- *Trotsky - o Profeta Desarmado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

Lênin, VI. *Obras Escogidas*. Moscú: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1948. 2t. t2: *Sobre el Impuesto en Espécie - Significacion de la Nueva Política Económica y sus Condiciones*, p. 878-916.

----- O Programa Agrário da Social-Democracia Russa. In: Lênin. *Aliança Operário Camponesa*. Rio de janeiro: Vitória, 1961. p. 59-96.

Meyer,Victor. *Determinações Históricas da Crise da Economia Soviética*. Salvador: EDUFBA, 1995.

Nove, Alec. *A Economia Soviética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.

Preobrajenski, Eugénio. *A Nova Economia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Sachs, Erico. *Qual a Herança da Revolução Russa e Outros Escritos*. Belo Horizonte: Segrac, 1988.

Thalheimer, August. *Vinte Anos após a Revolução de Outubro*. Tradução de Sérgio Paiva. Rio de Janeiro, 1991. mimeogr.

Zaslavskaja, Tatiana. *A Estratégia Social da Perestroika*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.